

Estatais levam Seplan e Fazenda à colisão

Economia - Brasil

CORREIO BRAZILIENSE

25 OUT 1986

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

Uma redução substancial nos gastos públicos e uma aceleração do processo de privatização das estatais para obtenção de uma receita de curto prazo não representam, para os economistas do Ministério do Planejamento e o próprio ministro João Sayad, uma solução para o reajuste do Plano Cruzado, conforme sugeriu o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo.

Na visão da Seplan, as empresas estatais já fizeram um esforço considerável para limitar seus gastos, e o fato delas exibirem este ano um déficit igual a zero em relação ao PIB — o déficit programado é de Cr\$ 934,0 milhões, sem representatividade no produto — mostra que se evoluiu na direção de reduzir despesas, especialmente se for feita uma comparação com os resultados dos anos anteriores.

EM DIA

Além disso, acredita a Seplan que o programa de privatização não pode ser conduzido a toque de caixa por várias razões, das quais duas se destacam: primeiro, são operações complexas, que exigem lentes e difíceis negociações, especialmente se o propósito é não transferir as empresas para o setor privado de graça; segundo, não são muitos os grupos nacionais interessados na aquisição das empresas estatais, tanto em decorrência de uma deficiência de sua estrutura capitalização, como pelo fato de que muitos empresários estão voltados agora para investir em suas próprias empresas.

Por essa razão, o ministro João Sayad pretende conduzir sem pressa o processo de privatização, embora acelerando as providências burocráticas que envolvem as negociações. É impossível, contudo — dizem os técnicos da Seplan — estabelecer, antecipadamente, quando e quanto vai ser obtido de receita com a venda das estatais.

Essa posição — de acordo com as mesmas fontes — foi explicada ao Presidente pelo ministro, que diz desconhecer qualquer iniciativa do Palácio do Planalto no sentido de absorver a atribuição de privatizar estatais, através da criação de uma secretaria especial, diretamente vinculada à Presidência.

DISPUTA ANTIGA

A disputa entre os Ministérios do Planejamento e da Fazenda em torno do grau de esforço que o setor público deve fazer no processo de ajuste global da economia não é nova, e começou ainda na administração anterior, quando Ernane Galvães ocupava o Ministério da Fazenda.

Seu sucessor, Francisco Dornelles, entrou em rota

de colisão com a Seplan ao defender, em documento enviado ao presidente Sarney e, em seguida, de público, a venda imediata de todas as empresas estatais e um corte substancial nas despesas dessas empresas no orçamento do ano passado.

Dornelles não obteve o pretendido, mas conseguiu congelar as tarifas dos serviços públicos por três meses — maio, junho e julho — provocando um prejuízo de quase Cr\$ 20,0 trilhões às estatais, pois no mesmo período a inflação acumulada foi de quase 50 por cento.

Sayad conseguiu a concordância do Governo para um processo de reposição tarifária, que foi atropelado pelo congelamento de 28 de fevereiro, provocando um prejuízo operacional calculado em cerca de Cr\$ 50,0 bilhões às grandes holdings estatais, as quais recorreram a recursos do Tesouro para se resarcirem, inclusive através de subsídios diretos, como os concedidos aos Correios e Telégrafos.

O ressurgimento da idéia de um corte mais profundo nos dispêndios das estatais, apresentada como alternativa para ajustar o Plano Cruzado ganha mais força, mas há dúvidas na Seplan sobre se o Governo tomaria essa decisão, que fatalmente afetaria alguns investimentos importantes, especialmente em energia elétrica e petróleo.

Esses dois segmentos respondem por mais de 60 por cento dos recursos destinados aos investimentos das estatais do setor produtivo no corrente ano, os quais foram fixados em Cr\$ 117,0 bilhões, cerca de 15 por cento acima dos efetivamente realizados o ano passado, em termos reais.



Belluzzo